



Gestão 2017-2019

ATIVIDADE 1: Reuniões ou Videoconferência realizadas pelo Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números

MODALIDADE UTILIZADA:

Reunião restrita a magistrados e servidores específicos de unidades judiciárias ou unidades técnicas do Tribunal

Belém, 04/05, 19/06, 04/07, 18/08. Local: Sala de reunião da Presidência, Plenário das Câmaras

Informe a data e o local de realização.

FINALIDADE

O grupo é responsável pelo acompanhamento e atualização dos dados dos Sistemas de Gestão Processual do TJP, realização de diagnósticos e implementação de medidas que assegurem a razoável duração do processo, bem como participar da elaboração e validação das propostas de metas nacionais para 2018 e 2019.

O Grupo Gestor ainda tem as seguintes atribuições:

I - analisar, identificar e corrigir os parâmetros utilizados para a geração dos dados de 1º e 2º grau que compõem os indicadores do Justiça em Números do CNJ;

II - analisar, identificar e corrigir os parâmetros utilizados para a geração dos dados de 1º e 2º grau que compõem as informações referentes às Metas Nacionais do CNJ;

III - analisar periodicamente os indicadores de metas nacionais, taxa de congestionamento, índice de atendimento à demanda, índice de produtividade de magistrados e índice de produtividade de servidores.

IV - implementar canal de comunicação que permita à Presidência, às Corregedorias de Justiça, à Coordenadoria de Juizados Especiais e aos próprios magistrados e servidores terem acesso imediato a informações relevantes sobre cumprimento de metas, produtividade e eficiência da prestação jurisdicional;

V - implementar mecanismos que possibilitem a alimentação e a coleta de informações referentes aos conflitos de interesses resolvidos por meio da conciliação e mediação.

VI - implementar sistema de diagnóstico das unidades judiciárias;

VI - apresentar à Presidência proposta de calendário anual de jornadas visando redução do congestionamento nas unidades judiciárias.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	10		
08				

OBSERVAÇÕES:

O Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números foi instituído, conforme Portarias nº 1772/2017 e 1773/2017, em 17 de abril de 2017. Foram realizadas 04 reuniões para consecução da agenda de trabalho, conforme a seguir:



Gestão 2017-2019

DIA	PAUTA
04/05	<i>Panorama de Indicadores do Justiça em Números, Apresentação do Roteiro de Metas 2018; aprovação do calendário da semana Estadual de Baixa Processual.</i>
19/06	<i>Apresentação da Ata de Reunião do Comitê Gestor e as propostas de metas nacionais para 2018 para serem discutidas em Consulta Pública dirigida para magistrados e servidores e sociedade em geral e operacionalização Estadual de Baixa Processual.</i>
04/07	<i>Validação da proposta de Metas Nacionais</i>
18/08	<i>Apresentação do Painel de Gestão Judiciária; Metas 2018; Resultados Semana de Baixa; informes do selo Justiça em números; calendário de reuniões.</i>



Gestão 2017-2019

⇒ ATIVIDADE 1 -Ata de deliberação- 1ª Reunião

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 04/05/2017	Local: Sala de reunião da Presidência	Horário: 14:00h
------------------	---------------------------------------	-----------------

A 1ª Reunião do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números ocorreu na sala de reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), prédio sede, localizado na Av. Almirante Barroso, no dia 04 de maio de 2017, de 14 às 17h. Compareceram à reunião:

PARTICIPANTES

Lúcio Barreto Guerreiro	Juiz Auxiliar da Presidência - Coordenador
Patrícia de Oliveira Sá Moreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas da RMB
Leonardo de Farias Duarte	Juiz Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior
Kátia Parente Sena	Juíza Coordenadora das Metas Nacionais
Geraldo Neves Leite	Coordenador do Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional/ Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel
Marcus William dos Santos Lima	Secretaria de Informática
Rodrigo Oliveira de Medeiros	Secretaria de Informática
Adisson Pires da Silva	Secretaria de Informática
Fábio Djan Oliveira de Lima	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Jonelson Magno Dias	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Gleison Augusto Furtado Gomes	DPGE/Coordenadoria de Controle de Planejamento
Valeria Athayde Fontelles de Lima	DPGE/Coordenadoria de Gestão Estratégica
Jéssica de Bosi e Araújo	DPGE/Assessora de Planejamento
Caio Marco Berardo (Via videoconferência)	Juiz de vara do Tribunal de Juri - Marabá

2. DISCUSSÕES LEVANTADAS NA REUNIÃO

- Apresentação dos principais indicadores do Justiça em Números pelo Coordenador de Estatística, relacionando os resultados obtidos nos anos de 2014, 2015 e 2016 e a proposição de canal de comunicação via *web* com as unidades jurisdicionais, por meio do Power BI disponível no site;
- Discussão de Cronograma de trabalho do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números, incluindo as Semanas de Baixas Processuais e de Movimentação de Mandados, Ofícios e Cartas Precatórias;
- Apresentação da proposta de roteiro de elaboração de Metas para 2018.



Gestão 2017-2019

3.DELIBERAÇÕES

1. Na reunião do grupo com previsão para o mês de junho, o servidor Fábio Djan, coordenador da Estatística, vai apresentar nova versão do canal de comunicação rápida, incluindo campo para as metas. Será levantada a discussão sobre os meios de instrução (tutoriais e cartilhas) e capacitação dos usuários na nova ferramenta de gestão.
2. Aprovação de calendário de semana de baixas a se realizar nas seguintes datas:
 - ✓ 26 a 30 de junho de 2017 - Semana Estadual de Baixa Processual
 - ✓ 2 a 6 de outubro de 2017 - Semana Estadual de Movimentação de Mandados, Ofícios e Cartas Precatórias
 - ✓ 04 a 07 de dezembro de 2017 - Semana Estadual de Baixa Processual.
3. Aprovação da orientação técnica de propostas de metas nacionais para 2018, no qual constam processos participativos para a construção de Metas para o ano de 2018, como Audiência Pública, Pesquisa e Oficinas de validação, conforme roteiro de elaboração de metas.
4. Cada participante do grupo deverá avaliar a proposta técnica de metas 2018, que segue em anexo. A próxima reunião está prevista para ocorrer no dia **19.06.2017**, na **sala de reunião da presidência**, horário a confirmar, momento que será avaliada a proposta inicial de metas (PIME) para o ano 2018, e posteriormente levada à Consulta Pública.



Gestão 2017-2019

⇒ ATIVIDADE 1 -Ata de deliberação- 2ª Reunião

1.INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 19/06/2017	Local: Plenário das Câmaras Cíveis	Horário: 14:00h
------------------	------------------------------------	-----------------

A 2ª Reunião do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números ocorreu no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), prédio sede, localizado na Av. Almirante Barroso, no dia 19 de junho de 2017, de 14 às 17h. Compareceram à reunião:

PARTICIPANTES

Lúcio Barreto Guerreiro	Juiz Auxiliar da Presidência - Coordenador
Patrícia de Oliveira Sá Moreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas da RMB
Leonardo de Farias Duarte	Juiz Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior
Kátia Parente Sena	Juíza Coordenadora das Metas Nacionais
Geraldo Neves Leite	Coordenador do Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional/ Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel
Gleison Augusto Furtado Gomes	DPGE/Coordenadoria de Controle de Planejamento
Fábio Djan Oliveira de Lima	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Valeria Athayde Fontelles de Lima	DPGE/Coordenadoria de Gestão Estratégica
Caio Marco Berardo (Via videoconferência)	Juiz de vara do Tribunal de Juri - Marabá

2. DISCUSSÕES LEVANTADAS NA REUNIÃO

Propostas de metas nacionais para 2018 para serem discutidas em Consulta Pública dirigida para magistrados, servidores e sociedade em geral.

3.DELIBERAÇÕES

5. Aprovação do registro de reunião realizada em 04/05/2017.
6. A Coordenadoria da Estatística apresentou nova versão do canal de comunicação rápida.
7. Aprovação da proposta de metas nacionais para 2018 do TJPA para ser apreciada em consulta pública.
8. Aprovação da metodologia da consulta pública, com viabilização de participação de magistrados, servidores e a sociedade em geral, a ser realizada nos dias 26 e 28 de junho para a obtenção de opiniões sobre a proposta de metas nacionais para 2018 do Poder Judiciário. Foi aprovado a estratégia de divulgação.



Gestão 2017-2019

⇒ ATIVIDADE 1 -Ata de deliberação- 3ª Reunião

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 04/07/2017	Local: Plenário das Câmaras Cíveis	Horário: 14:00h
------------------	------------------------------------	-----------------

A 3ª Reunião do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números ocorreu no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), prédio sede, localizado na Av. Almirante Barroso, no dia 04 de julho de 2017, de 14 às 17h. Compareceram à reunião:

PARTICIPANTES

Lúcio Barreto Guerreiro	Juiz Auxiliar da Presidência - Coordenador
Patrícia de Oliveira Sá Moreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas da RMB
Kátia Parente Sena	Juíza Coordenadora das Metas Nacionais
Geraldo Neves Leite	Coordenador do Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional/ Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel
Fábio Penezi Póvoa	Juiz da 2ª vara do juizado especial de Ananindeua
Luciana Sá Fernandes	DPGE/Coordenadoria de Gestão Estratégica
Fábio Djan Oliveira de Lima	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Marcus William dos Santos Lima	Secretaria de Informática
Adisson Pires da Silva	Secretaria de Informática
Caio Marco Berardo (Via videoconferência)	Juiz de vara do Tribunal de Juri - Marabá

2. DISCUSSÕES LEVANTADAS NA REUNIÃO

Resultado da Consulta Pública de metas nacionais para 2018 dirigida para magistrados, servidores e sociedade em geral.

3. DELIBERAÇÕES

1. Aprovação do registro de reunião realizada em 19/06/2017.
2. Apreciação pelo Grupo do resultado da Consulta Pública e definição da proposta de metas nacionais para 2018 do TJPA, conforme a seguir:

META 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 2 – Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau, e



Gestão 2017-2019

100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

META 4 – Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 6 – Identificar e julgar até 31/12/2018, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.

Proposta de Meta para Aprimorar a Gestão da Justiça Criminal

- Implantar ou aprimorar sistema informatizado que permita a identificação e o controle de presos provisórios

Proposta de Meta para Impulsionar as Execuções Fiscais e Cíveis

- Transformar em autos eletrônicos pelo menos 25% do quantitativo de executivos fiscais que tramitavam em meio físico em 31.12.2017.

9. A Coordenadoria de Gestão Estratégica realizará o encaminhamento da proposta de Metas do TJPA para o Subcomitê Norte – Tribunal de Justiça de Tocantins no dia 05/07/2017 para posterior consolidação com as demais propostas de região Norte e demais providências junto ao Comitê Gestor Nacional liderado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.



Gestão 2017-2019

➔ ATIVIDADE 1 - Ata de deliberação- 4ª Reunião

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 18/08/2017	Local: Plenário das Câmaras Cíveis Reunidas	Horário: 13:00h
------------------	---	-----------------

A 4ª Reunião do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números ocorreu no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), prédio sede, localizado na Av. Almirante Barroso, no dia 18 de agosto de 2017, de 13 às 15h. Compareceram à reunião:

PARTICIPANTES

Lúcio Barreto Guerreiro	Juiz Auxiliar da Presidência - Coordenador
Patrícia de Oliveira Sá Moreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas da RMB
Kátia Parente Sena	Juíza Coordenadora das Metas Nacionais
Geraldo Neves Leite	Coordenador do Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional/ Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel
Fábio Penezi Póvoa	Juiz da 2ª vara do juizado especial de Ananindeua
João Batista do Nascimento	Juiz da 2ª vara de Fazenda Pública
Márcio Góes do Nascimento	Secretaria de Informática
Marcus William dos Santos Lima	Secretaria de Informática
Adisson Pires da Silva	Secretaria de Informática
Fábio Djan Oliveira de Lima	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Jonelson Magno Dias	DPGE/Coordenadoria de Estatística
Valeria Athayde Fontelles de Lima	DPGE/Coordenadoria de Gestão Estratégica
Caio Marco Berardo (Via videoconferência)	Juiz de vara do Tribunal de Juri - Marabá

2. DISCUSSÕES LEVANTADAS NA REUNIÃO

Apresentação da ferramenta “Gestão Judiciária” pelo Dr. Geraldo Leite, incluindo os principais indicadores do Justiça em Números e metas nacionais (desenvolvida pelo Business Intelligence Oracle), com filtros por Comarca e Unidade.

Apresentação dos resultados da Semana de Baixa pela Coordenadoria de Estatística, sendo que nos cinco dias de evento foram baixados 34.118 processos, quantidade que superou a média mensal do 1º semestre de 2017, de 26.748. Esse resultado também foi melhor que o obtido no evento similar que ocorreu em janeiro de 2017, quando foram baixados algo em torno de 29 mil processos.

Foram apresentados alguns informes acerca do Selo Justiça em Números, conforme Portaria nº 46 de 27/06/2017 do CNJ com a definição das novas regras para concessão do Selo Justiça em Números do ano de 2017.



Gestão 2017-2019

3 DELIBERAÇÃO

O grupo gestor validou a ferramenta Gestão Judiciária e deliberou o período experimental de 03 (três) meses no portal interno.

Aprovação de calendário de reuniões do grupo até 2018, sendo a periodicidade mensal e na primeira sexta-feira do mês e caso não seja possível, na sexta seguinte do mês em referência.



Gestão 2017-2019

ATIVIDADE 2: Consulta Pública sobre Metas Nacionais 2018

MODALIDADE UTILIZADA

Consulta pública de ampla abrangência, incluindo a sociedade.

Estado do Pará, período: 26 a 28 de junho,

Informe a data e o local de realização.

FINALIDADE

Tratou-se de uma consulta pública cujo objetivo era colher opiniões sobre a proposta de metas nacionais que visam o aprimoramento contínuo da gestão do judiciário. Magistrados, servidores e a sociedade puderam opinar sobre as propostas de Metas Nacionais para 2018 do Poder Judiciário.

Entre os dias 26 e 28 de junho, esteve aberta uma consulta via web e foi disponibilizado formulário nos portais externo e interno do TJPA, ao acessá-lo o participante, além de opinar, pode sugerir alterações ou novas proposta de metas em campo específico do formulário online. A realização da consulta fez parte do processo participativo de construção das propostas de metas nacionais em consonância com a Resolução do CNJ nº. 221/2016.

A consulta é mais um passo para a participação de todos na formulação das Metas Nacionais de 2018, com o objetivo de dar continuidade à gestão participativa no processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário e ressaltar a importância da participação e colaboração dos Tribunais, dos seus representantes e da sociedade.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			132 pessoas participantes

OBSERVAÇÕES:

Participaram da consulta pública 132 pessoas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os resultados da consulta pública realizada no período de 26 a 28 de julho de 2017 estão disponibilizados no link abaixo:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJjYjc4NDAtNzA4Ni00YjVmLWFmZDYtODVjMDk1NTkyZTRmliwidCI6IjYwOGU5ZDBjLWFmImYtNDNmYi1iZjc5LWU3MTQyNzk4YzkyZCIsImMiOiJF9>



Gestão 2017-2019

CONSULTA PÚBLICA SOBRE METAS NACIONAIS 2018

Corregedoria da Região Metropolitana | Corregedoria do Interior | ESM Escola Superior da Magistratura | Juizados Especiais | Ouvidoria Judiciária | Presidência | Vice-Presidência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

19 de Setembro de 2017



Início

Sobre o TJPA

Consultas

Notícias

Acervo Digital

Ações e Programas

Transparência

CONSULTA PÚBLICA SOBRE AS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO - ANO 2018

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças



Consulta Pública

Metas Nacionais para o Poder Judiciário – ano 2018

26 a 28 junho de 2017
Participe!

A gestão participativa e democrática constitui-se em método que enseja a magistrados, servidores e a sociedade em geral a possibilidade de participar do processo decisório na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário por meio de mecanismos que permitam a expressão de opiniões plurais, conforme Resolução nº 221/2016-CNJ e Portaria nº 97/2016-CNJ.

Assim, o TJPA quer conhecer sua opinião sobre as propostas de Metas Nacionais para o ano de 2018. Sua participação é muito importante!

Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística - DPGE

Questões precedidas com um ● são obrigatórias

Meta Nacional 1

● Meta 1: Julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente ("julgar mais processos do que entram"). Qual a sua opinião quanto à importância dessa meta para o Poder Judiciário?

a) Nenhuma importância



Gestão 2017-2019

Meta Nacional 1

● **Meta 1:** Julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente ("julgar mais processos do que entram"). Qual a sua opinião quanto à importância dessa meta para o Poder Judiciário?

- a) Nenhuma importância
- b) Pouco importante
- c) Indiferente
- d) Importante
- e) Muito Importante

Meta Nacional 2

● **Meta 2:** Identificar e julgar processos não julgados nos últimos quatro anos ("julgar processos antigos"). Qual a sua opinião quanto à importância dessa Meta para o Poder Judiciário?

- a) Nenhuma importância
- b) Pouco importante
- c) Indiferente
- d) Importante
- e) Muito Importante

Meta Nacional 4

● **Meta 4:** Identificar e julgar ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Qual a sua opinião quanto à importância dessa meta para o Poder Judiciário?

- a) Nenhuma importância
- b) Pouco importante
- c) Indiferente
- d) Importante
- e) Muito Importante

Meta Nacional 6

● **Meta 6:** Julgar ações coletivas não julgadas nos últimos três anos. Qual a sua opinião quanto à importância dessa meta para o Poder Judiciário?

- a) Nenhuma importância
- b) Pouco importante
- c) Indiferente
- d) Importante
- e) Muito Importante



Gestão 2017-2019

Proposta de Meta para Aprimorar a Gestão da Justiça Criminal

● Com relação ao aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal, qual deve ser a meta para o ano de 2018?

- a) Instalar audiências de custódia em pelo menos uma comarca ou uma das principais portas de entrada do sistema carcerário do Estado;
- b) Utilizar a videoconferência em, no mínimo, 30% das audiências realizadas na fase da execução da pena, com sentenciados presos;
- c) Instituir, no âmbito dos Tribunais, no mínimo, uma unidade gestora dos recursos originários de penas restritivas de natureza pecuniária;
- d) Implantar ou aprimorar sistema informatizado que permita a identificação e o controle de presos provisórios;
- e) Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018;

Deixe sua sugestão de Meta para o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal (opcional).

Proposta de Meta para Impulsionar as Execuções Fiscais e Cíveis

● Com relação ao impulso às Execuções Fiscais e Cíveis, qual deve ser a meta para o ano de 2018?

- a) Transformar em autos eletrônicos pelo menos 50% do quantitativo de executivos fiscais que tramitavam em meio físico em 31.12.2017;
- b) Implantar pelo menos uma central de conciliação para os executivos fiscais;
- c) Criar e instalar pelo menos um núcleo com equipe especializada no tratamento de execuções fiscais referentes a grandes devedores, na vara de execução respectiva;
- d) Baixar em 2018 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente;

Deixe sua sugestão de Meta para impulsionar as Execuções Fiscais e Cíveis (opcional).

Cadastrar

Limpar



Gestão 2017-2019

CONSULTA PÚBLICA SOBRE METAS NACIONAIS 2018- RESULTADOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

CONSULTA PÚBLICA SOBRE AS METAS NACIONAIS DO
PODER JUDICIÁRIO - ANO 2018

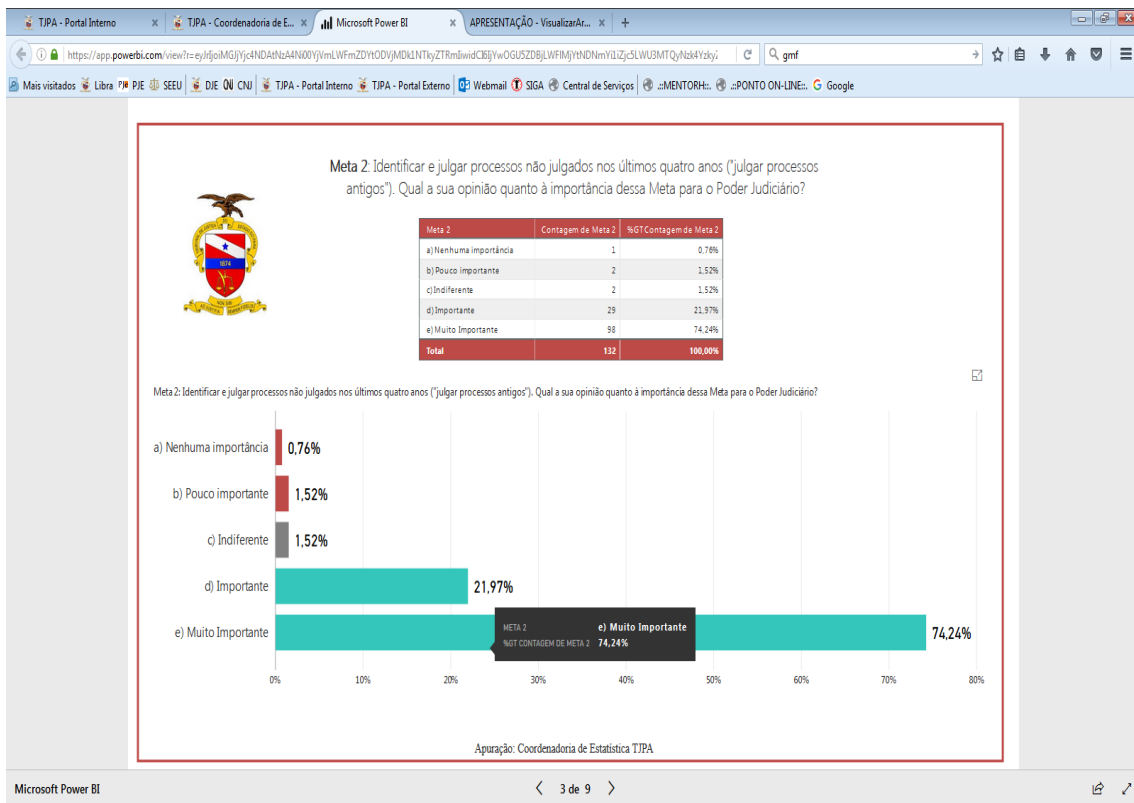
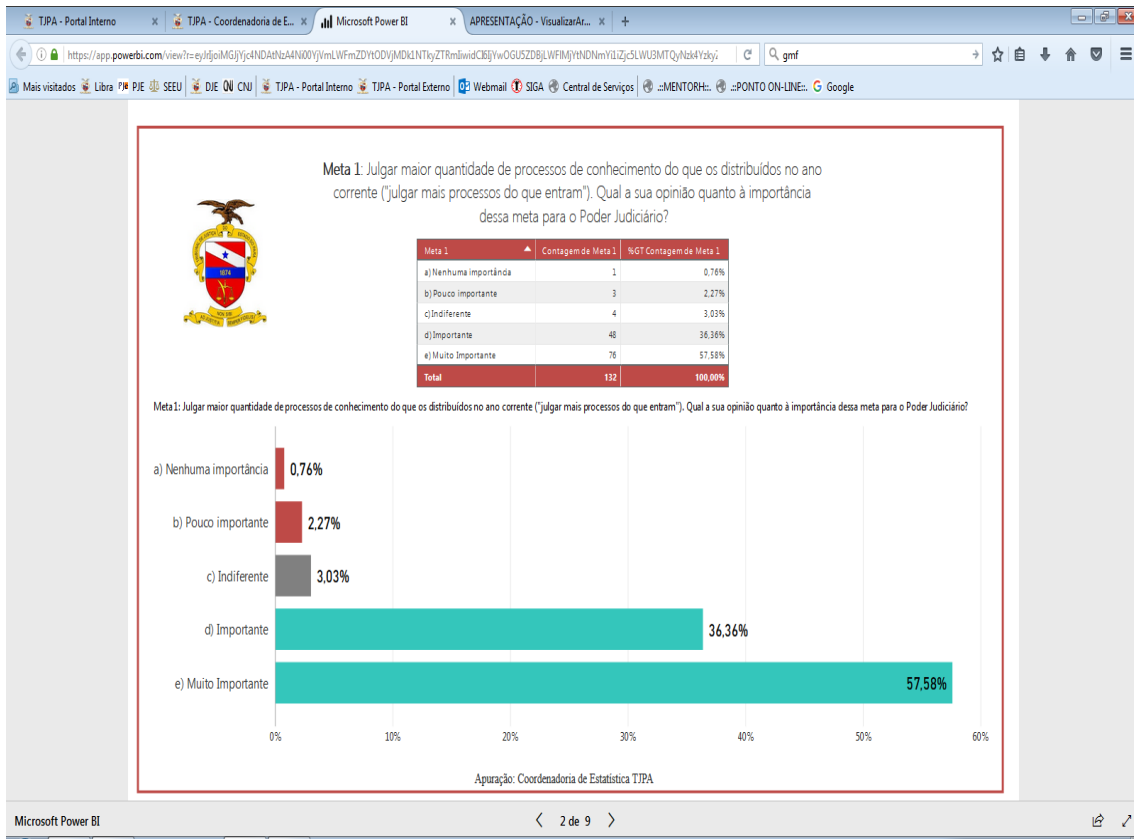
RESULTADOS

Metas Nacionais

Navegação

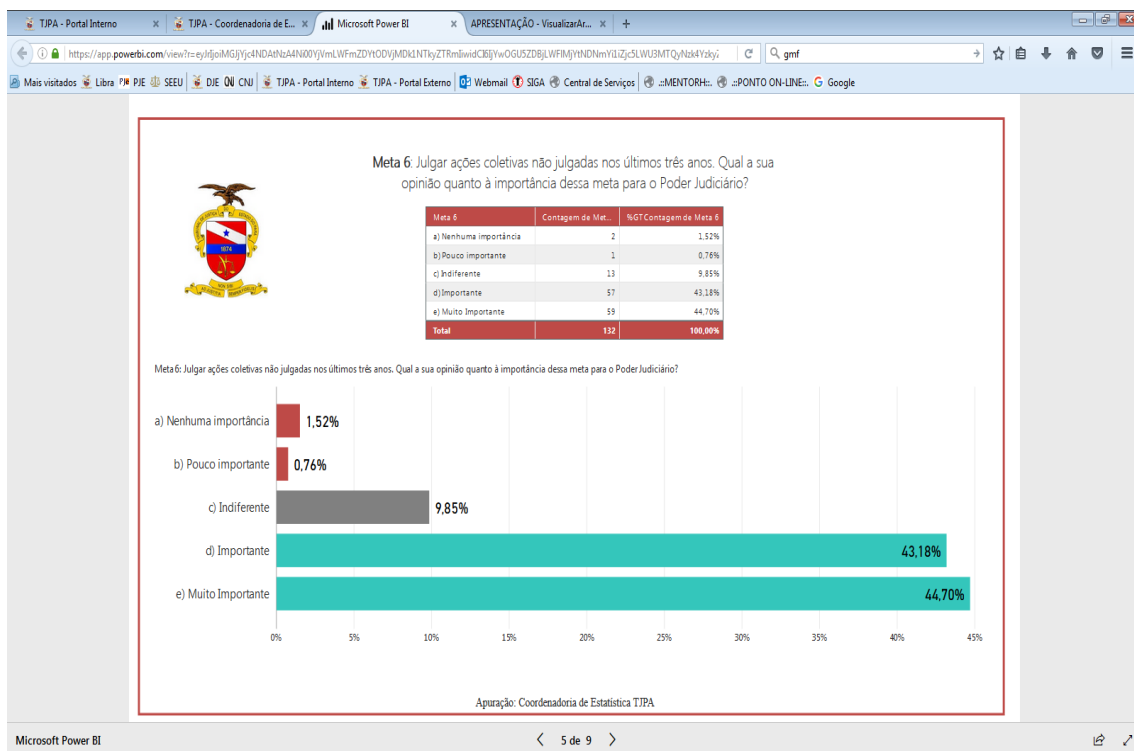
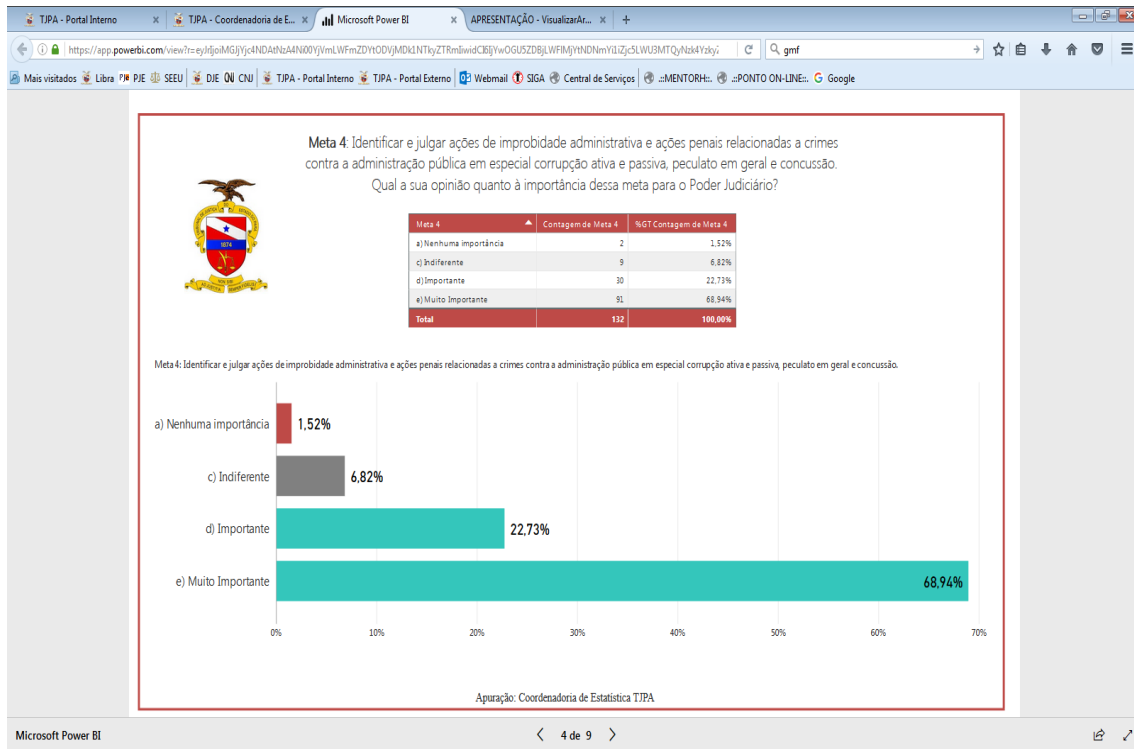
1 de 9

09:38
30/08/2017



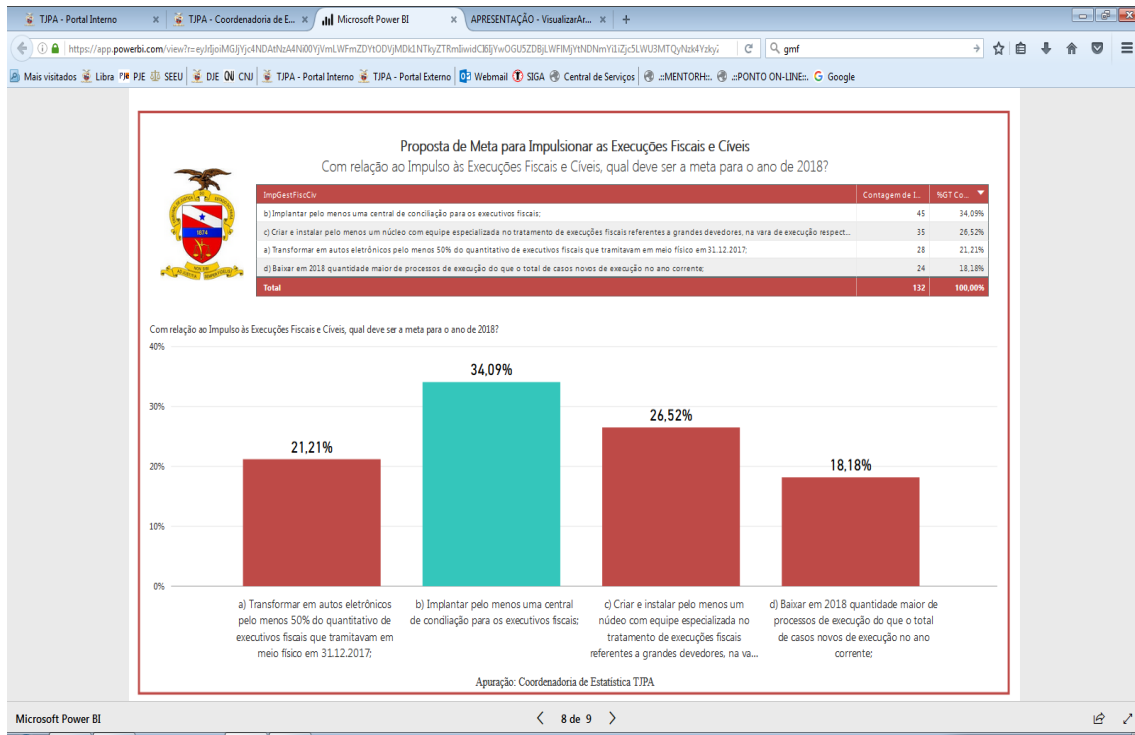


Gestão 2017-2019





Gestão 2017-2019



Sugestão de Meta para Impulsionar as Execuções Fiscais e Cíveis (opcional)

SugImpGestFiscCiv

A Central de conciliação para Execução Fiscal se torna necessária porque muitos processos dessa natureza que se encontram nos Fóruns são de valores irrisórios e que com o diálogo de conciliação/ mediação é possível acordo e redução a contento das opções viáveis.

Conciliação

CONTRATAR MAIS AUXILIARES JUDICIÁRIOS PARA ATENDIMENTO, EM ESPECIAL DA CAPITAL (BELÉM DO PARÁ), UMA FILA DE 10 ADVOGADOS E UMA PESSOA SÓ PARA ATENDER TODO MUNDO É DESUMANO COM OS ADVOGADOS, COM OS QUE CRIAÇÃO DE Central de Conciliação não só para os executivos fiscais, mas, de igual modo, para os cíveis, o que irá, de forma concreta, dar efetividade à prestação jurisdicional.

Criar um setor voltado apenas para esta área com pessoas realmente qualificadas

Elaborar manual de rotina das execuções fiscais e cíveis até 31/12/2017.

FAZER MUTIRÃO NOS PROCESSOS DA INFÂNCIA.

Implantar uma central de análise de execuções fiscais e cíveis por Polo para atender a demanda das Comarcas dos Interiores.

Já ajudaria muito se as execuções de natureza FEDERAL fossem remetidas e tramitassem na JUSTIÇA FEDERAL, sem mobilizar a já afogada justiça estadual; Inclusive o cumprimento das Cartas Precatórias oriundas da Justiça Federal, que por já que o sistema não aceita duas respostas: Criar e instalar pelo menos um núcleo com equipe especializada no tratamento de execuções fiscais referentes a grandes devedores, na vara de execução respectiva.

Uma pai era advogado e em vida sempre me dizia ganhar muitas ações, mais sei que morrer e não receberei nenhum desses valores, justiça tardia é a pior injustiça que há, em quantos as pessoas sabemem que a justiça é morosa continue

Os processos que estão parados precisam ser julgados, bem como os novos processos que aparecerem.

SEM SERVIDOR NÃO HÁ MÁGICA.

Sequestrar valores em total cumprimento aos prazos contidos nos dispositivos legais inerentes, sendo de 60 dias (2) meses para REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR e vencido O PRECATÓRIO REQUISITÓRIO no exercício anterior, sequestrar Tornar a justiça menos enrolada para satisfazer um crédito já reconhecido



Gestão 2017-2019

Consulta avalia Metas para 2018

Magistrados, servidores e sociedade podem participar entre 26 e 28

Consulta Pública

Metas Nacionais para o Poder Judiciário – ano 2018

26 a 28 junho de 2017
Acesse aqui o formulário!

Consulta pública aberta à população

Magistrados, servidores e a sociedade poderão opinar sobre as propostas de Metas Nacionais para 2018 do Poder Judiciário. Trata-se de uma consulta que tem o objetivo de colher opiniões sobre a proposta de metas nacionais que visam o aprimoramento contínuo da gestão do judiciário.

Entre os dias 26 e 28 de junho, estará aberta uma consulta via web. Ao acessá-la o participante, além de opinar, poderá sugerir alterações ou novas proposta de metas em campo específico do formulário online. A realização da consulta faz parte do processo participativo de construção das propostas de metas nacionais em consonância com a Resolução do CNJ nº. 221/2016.

O formulário será disponibilizado nos portais externo e interno do TJPA. Nos últimos anos, o CNJ vem incrementado medidas que visam democratizar a gestão no Poder Judiciário. Esse é o objetivo, por exemplo, da Resolução nº. 198, de 1º de julho de 2014 e da Portaria n. 138, de 23 de agosto de 2013, que tratam sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e instituem mecanismos de gestão participativa, entre eles a criação de comitês gestores e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, visando tornar o processo de construção das metas nacionais mais plural e mais colaborativo.

A consulta é mais um passo para a participação de todos na formulação das Metas Nacionais de 2018, com o objetivo de dar continuidade à gestão participativa no processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário e ressaltar a importância da participação e colaboração dos Tribunais, dos seus representantes e da sociedade.

[Clique aqui para participar](#)

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Will Montenegro

Foto: Gabriela Monteiro



Gestão 2017-2019

ATIVIDADE 3: Visita Institucional da Presidência- Fórum Cível

MODALIDADE UTILIZADA

Reunião envolvendo magistrados e servidores de 1º e 2º graus

Belém, 24 e 25 de agosto de 2017. Local: Auditório do Fórum Civil

Informe a data e o local de realização.

FINALIDADE

O encontro, que faz parte de uma série de seis eventos programados para o biênio 2017-2019, têm o objetivo de integrar as unidades do Poder Judiciário e a presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e seu corpo administrativo, de modo a discutir as políticas judiciárias, tais como:

Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, em especial o Processo Judicial Eletrônico (PJE), e Política de ações coletivas e de improbidade (Metas Nacionais 4 e 6).

O evento reuniu juízes de competência cível da RMB e respectivos diretores de secretaria com objetivo a integração com a Presidência e seu corpo administrativo, bem como a apresentação do Plano de Gestão deste biênio e o desenvolvimento de oficina de Planejamento para o desenvolvimento de diagnósticos e proposições, de acordo com a programação anexa.

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	80		
53	01			

OBSERVAÇÕES:

A realização da oficina de planejamento visou discutir temas emblemáticos para o Judiciário Nacional e contribuir, de forma plural, no desenvolvimento do plano de gestão bienal e na construção das bases do novo planejamento estratégico local. Para tanto, foram formados grupos de trabalho com magistrados e diretores de secretaria, cada um liderado por um moderador, também magistrado, com apoio de técnicos da área de planejamento para promover os trabalhos que posteriormente foram expostos em plenária a todos os participantes do evento.